

Política econômica no imobilismo

Da sucursal do
RIO

A política econômica do governo encontra-se num imobilismo total, com tantos pontos de estrangulamento, como se as autoridades tivessem medo de mexer aqui e desarranjar ali. Também não é possível continuar com uma política monetária apertada e tão descoordenada da política fiscal. Talvez seja a hora de se iniciar a reforma tributária. Estes são os pontos principais da "Carta do Ibre", divulgada ontem, que expressa a opinião de uma série de economistas da Fundação Getúlio Vargas. Nesse número, participou também o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

Para definir o "imobilismo", diz a "Carta do Ibre" que não se pode ficar ao sabor de atitudes fatalistas ou de concepção mecanicista dos ciclos. Isto seria o mesmo que se deixar levar pela crença, à maneira do personagem de Peter Sellers, no filme "Beeing There", de que a mera sucessão das estações do ano garantiria, após o inverno, uma explosão primaveril de atividade.

Além disso, afirma a carta que falta um roteiro, por mínimo que seja, e que "ofereça uma sinalização de alternativas". Diz a FGV que o desenvolvimento, como processo, é caracterizado por uma sucessão de desequilíbrios, ora por falta, ora por excesso. O planejamento deve ser flexível e pragmático e adaptar as táticas às novas situações. A conjuntura mundial de juros elevados, práticas protecionistas e políticas recessivas, atinge o Brasil pela vulnerabilidade de nossa economia.

Como os pressupostos — continua a carta da FGV — que deram forma ao

planejamento dos anos 1980/1985 estão se desvanecendo diante dos fatos, seria desejável, dentro do corolário da flexibilidade, que um novo roteiro fornecesse as sinalizações necessárias para a Nação e o empresariado, sobre os rumos a tomar.

Lembra a Carta do Ibre que o Brasil resolveu manter o crescimento, mesmo com a crise energética, e financiar investimentos com recursos externos obtidos, na época, a juros baixos ou até negativos. Acumulou considerável dívida externa e se vê agora obrigado a obter superávits crescentes no balanço de pagamentos para fazer frente aos déficits de conta de serviços. Atualmente, as taxas de juros no mercado internacional atingem níveis inimagináveis, onerando mais a dívida e a conta serviços. Dos países em transição, o Brasil é o de menor coeficiente de exportação entre os desenvolvidos e o que apresenta a maior dívida entre os subdesenvolvidos.

PRESSÃO

Com a sistemática de financiar déficits, a indústria nacional passa por mais duas fontes de pressão: a) os créditos de fornecedores (supplier's credits) atados a empréstimos em moeda; b) as trocas bilaterais. No primeiro caso, a aguda necessidade de caixa do País retira dos nossos negociadores alguns graus de liberdade. Assim, em cada rodada internacional de negociação em busca de recursos, a indústria doméstica se prepara para receber a concorrência dos produtos estrangeiros. Isso costuma ocorrer mesmo com produtos em relação aos quais a indústria nacional possui capacidade de atendimento e, até mesmo, custos competitivos.

Nas trocas bilaterais acontece fenômeno singular, segundo a Carta do Ibre. A acumulação de saldos favoráveis ao País, ao exigir uma via de retorno, obriga a importação, entre outros, de material ferroviário e equipamentos agrícolas, a despeito da existência de amplas condições internas para o atendimento desses tipos de demanda.

Os dois grandes problemas da economia brasileira no momento são a indexação generalizada (com seus efeitos de juros altos e política cambial tortuosa) e a vulnerabilidade de estrutura ao que se passa no resto do mundo. O sistema ampliado de indexação (ORTN) torna mais rígida a estrutura econômica, acentuando o dilema inflação e desemprego. Quedas significativas da inflação só ocorrem com retrocessos sensíveis na produção e emprego, aumentando os custos sociais.

Para complicar mais a situação, lembra a carta do Ibre que atingimos alto grau de ociosidade na indústria, que foi o motor do desenvolvimento dos anos posteriores a 1973. Essa ociosidade, global e setorial, "foi causada por erros de dimensionamento do parque industrial e da programação no tempo dos investimentos, além de flutuações nas encomendas de um lado e, de outro, retração global da atividade econômica pela redução brusca da liquidez e "insólito aumento da taxa de juros real".

A política salarial é severamente analisada, mostrando a FGV que o custo da mão-de-obra doméstica, mais baixo que no Exterior, foi a vantagem comparativa que o País gozou nos últimos anos. A fórmula de correção salarial mantinha correlação com a política cambial.